

Institui o Comitê de Privacidade e estabelece suas diretrizes de funcionamento no âmbito da TECHEM DO BRASIL.

A Diretoria Executiva da TECHEM DO BRASIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, nos termos do disposto em sua **Política Interna de Proteção de Dados**, item 6, e considerando ainda:

- A necessidade de promover e garantir a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);
- A importância da adoção de medidas administrativas e técnicas voltadas à proteção de dados pessoais e à segurança da informação;
- O compromisso institucional com transparência, responsabilidade, governança e prestação de contas;

RESOLVE:

Artigo 1º – Da Instituição do Comitê de Privacidade

Instituir o **Comitê de Privacidade** no âmbito da TECHEM DO BRASIL, com a finalidade de coordenar, apoiar e deliberar sobre ações voltadas à gestão da privacidade e à proteção de dados pessoais tratados pela organização.

Artigo 2º – Da Composição

O Comitê será composto por representantes das seguintes áreas:

- I – Alta Administração
- II – Tecnologia da Informação
- III – Administração/Recursos Humanos
- IV – Operações
- V – Encarregado pelo Tratamento de Dados (DPO)

Parágrafo Único Poderão ser convidados representantes de outras áreas, bem como consultores e parceiros técnicos, sempre que necessário.

Artigo 3º – Das Competências

São competências fundamentais do Comitê de Privacidade, mas não se limitando a:

- I – Estabelecer e atualizar diretrizes para o Programa de Privacidade e Proteção de Dados;
- II – Analisar riscos e incidentes de segurança relacionados a dados pessoais;
- III – Propor e acompanhar a implementação de medidas corretivas e preventivas;
- IV – Assegurar o cumprimento das políticas internas de proteção de dados e segurança da informação;
- V – Apoiar o DPO nas tratativas com titulares, autoridade reguladora (ANPD) e demais terceiros interessados;
- VI – Avaliar processos, contratos e fornecedores sob a ótica da proteção de dados;
- VII – Deliberar sobre atualizações documentais e necessidade de recursos e investimentos;
- VIII – Promover cultura de privacidade e programas de conscientização interna.

Art. 4º – Do Funcionamento

O Comitê reunir-se-á:

Parágrafo 1º Ordinariamente, a cada trimestre ou extraordinariamente, sempre que convocado pela Diretoria ou pelo DPO.

Parágrafo 2º Todas as reuniões deverão ser registradas em ata.

Parágrafo 3º As deliberações deverão identificar responsáveis e prazos.

Parágrafo 4º Os relatórios do Comitê deverão ser encaminhados periodicamente à Alta Administração.

Art. 5º – Da Vigência

Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, permanecendo válida por prazo indeterminado, podendo ser revisada a qualquer tempo em caso de mudanças legais, estratégicas ou organizacionais.

Local, Data

Nome e Cargo

Diretoria Executiva CEO